

O DISCURSO DO INCESTO NA LITERATURA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA AO ESTUDO DE UM INTERDITO

Márcia Helena Franco Santos Godoy

Resumo: Este artigo trata da verificação de possíveis contribuições da teoria marxista ao estudo do discurso do incesto, sopesando a manifestação da ocorrência desse interdito na literatura. Considerou-se, para tanto, que a manifestação discursiva da prática sexual entre familiares consanguíneos ou afins, em textos literários, propõe uma espécie de rompimento da condição silente desse tabu humano, alardeando, em expediente artístico, as características e consequências dos relacionamentos incestuosos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é verificar a potencialidade da teoria marxista na crítica literária contribuir para o estudo dos sentidos do discurso do incesto. Tem-se, como hipótese inicial, a ideia de que a teoria marxista na crítica literária pode servir à análise da manifestação discursiva da prática do incesto, considerando que esse tema é elemento da criação de inúmeros textos que evidenciam o interesse dos sujeitos (autores e leitores) pelo assunto. Quanto à metodologia, esta produção é essencialmente bibliográfica e voltada à apreciação, principalmente, dos fundamentos da corrente marxista da crítica literária e da antropologia. Como a proibição da ocorrência de relações sexuais entre parentes é considerada um marco da passagem do estado natural do ser humano ao estágio cultural, os resultados deste trabalho podem auxiliar os estudos da manifestação discursiva do incesto.

Palavras-chave: *Crítica Literária; Teoria Marxista; Incesto.*

1. INTRODUÇÃO

A literatura se utiliza, desde o início dos tempos, de experiências e sentimentos humanos, permitidos ou proibidos, para evocar, nos sujeitos, sensações e reflexões acerca dos temas que pretende divulgar. Tem-se que, mormente, o objeto da manifestação artística não é o trivial (ou o comum, ou o presumível), mas o desvio, ou seja, aquilo que inquieta e desestabiliza os cânones. Nesse contexto, a apresentação dos tabus sempre serviu de matéria à literatura, considerando o impulso humano à necessidade de transgredir.

O discurso do tabu do incesto, entendido como a manifestação linguística de relacionamentos sexuais entre familiares, consanguíneos ou afins, foi bastante aproveitado pela literatura, pois ele propõe a transgressão de uma das regras mais socialmente arraigadas, desde o início da formação humana. Essa constatação de reincidência temática permite que se reflita sobre a potencialidade de as análises literárias contribuírem ao estudo do discurso do incesto, servindo às pesquisas sobre esse tabu e o discurso que o mostra ou o silencia.

Com interesse nessa problemática, a proposta deste artigo é apresentar a teoria marxista na crítica literária como possibilidade de fundamento a análises de textos artísticos que tematizam o incesto, auxiliando, assim, as pesquisas sobre o assunto. Considera-se que o estudo do discurso do incesto, na literatura, pode enriquecer as investigações acerca dos tabus humanos, pois a ficção, ao manifestar aspectos de interesse da realidade, faz com que o real reflita sobre si mesmo.

Partiu-se, para tanto, da proposição de que, na literatura, o envolvimento sexual entre parentes consanguíneos ou afins é matéria artística discursiva

comum, que pode ser apresentada pelo silêncio, pela sugestão ou de maneira hiante. Logo, tem-se, como objeto precípua deste trabalho, o discurso do incesto na literatura, buscando-se a verificação da potencialidade da teoria marxista na crítica literária servir como fundamento para o estudo dessa manifestação discursiva artística.

A partir dessas considerações, este trabalho foi incitado pelos seguintes e iniciais questionamentos: A teoria literária crítica de influência marxista pode contribuir às pesquisas interessadas no discurso do incesto na literatura? Como se fundamenta a teoria marxista na crítica literária? Quais são os principais textos literários que apresentam o discurso da prática incestuosa como temática? As contribuições da teoria marxista na crítica literária podem auxiliar a análise do discurso no estudo da prática linguística que manifesta o tabu do incesto?

Metodologicamente, este trabalho bibliográfico, apresenta, no início, uma fundamentação do estado da arte da teoria marxista na crítica literária e do tabu do incesto. Depois, são elencados e apresentados, sucintamente, alguns exemplos de produções literárias que mostram o discurso do incesto em seu conteúdo. Finalmente, trazem-se considerações sobre a potencialidade de o estudo do discurso da proibição do cometimento de prática sexual entre parentes, em textos literários, ser colaborado pela teoria crítica de viés marxista.

Interessa-se, assim, pela constatação da possibilidade de se abordar o discurso do incesto, na literatura, por meio da teoria crítica, utilizando-se de suas fundamentações marxistas ao embasamento analítico. Como a proibição do incesto é considerada um marco histórico da passagem do estado natural do ser humano ao estágio cultural, os resultados deste trabalho podem ser relevantes, pois contribuem à pesquisa do discurso de transgressão de um dos mais intrigantes tabus da humanidade.

2. A TEORIA MARXISTA NA TEORIA CRÍTICA LITERÁRIA

Para se compreender a influência da teoria marxista à crítica da literatura, faz-se necessário que se apresentem considerações acerca de outra teoria literária, conhecida como “formalismo russo”, representada, principalmente, por Vladimir Propp, Roman Jakobson e Victor Chklovsky. Criado no início do século XX, o formalismo russo propõe, grosso modo, a delimitação espacial de análise literária, ou seja, da apreciação crítica de uma obra, não poderiam fazer parte fatores externos a ela.

Assim, como explica Eikhenbaum (1976), o que caracteriza o formalismo russo não é sua condição teórica estética, nem seu método científico definido, mas a vontade criadora de uma abordagem científica da literatura a partir da qualidade do próprio material investigado. Sobre isso, explica Passos (s/d., p. 01) que:

Desde seus primeiros estudos, o Formalismo Russo caracterizou-se pela recusa de abordagens extrínsecas ao texto. Psicologia, sociologia, filosofia etc., que serviam de base para muitos estudos literários realizados até então, não poderiam constituir o escopo de análise da obra literária, que deveria ser efetuada por meio dos constituintes estéticos sem relevar aspectos externos. [...] Os formalistas consideravam que a obra literária não era um mero veículo de ideias, tampouco uma reflexão sobre a realidade social: era um fato material plausível de análise. Era formada por palavras, não por objetos ou sentimentos, e seria um erro considerá-la como a expressão do pensamento de um autor. Os formalistas tencionavam criar uma ciência da literatura, que deveria afastar-se de quaisquer aspectos extraliterários, e para que isso fosse possível, a literatura deveria ser estudada por si só, daí a necessidade de conceitualização da literariedade, que daria o respaldo necessário para aquilo que se

almejava: o estudo da natureza autônoma da linguagem poética e sua especificidade como um objeto de estudo da crítica literária.

De acordo com essa teoria crítica, as análises literárias deveriam pretender, no texto artístico, somente a literariedade. Dessa forma, explica Marchesini (s/d., p. 04) que:

As principais características da literariedade, de acordo com os formalistas: a linguagem literária produz, a não literária reproduz; a mensagem literária é autocentrada e apresenta seus próprios meios de expressão, ainda que se valendo da língua; a linguagem é conotativa, com predomínio da função poética; cria novas relações entre as palavras e estabelece associações; não existe uma gramática normativa para o texto literário, seu único espaço de criação é o da liberdade; há presença de metáfora e metonímia; trabalha com plurissignificação ou polissemia; cria significantes e funda significados.

Essa limitação de análise proporcionada pelo formalismo – marcada pela unicidade crítica das características da literariedade - não coaduna com a teoria marxista que influenciou a crítica literária. Assim, Passos (s/d., p. 01) mostra que “as opiniões dos formalistas entraram em conflito com os teóricos de inspiração marxista, pois estes consideravam que a nova poética não deveria ignorar as realidades sociais e sua relação com as manifestações artísticas”.

Para Lukács (2010), a teoria marxista aplicada à crítica literária é fundamental, pois há uma relação muito próxima entre arte e sociedade, que não pode ser desconsiderada. Na apreciação de uma obra artística, é necessário que se considere que seu conteúdo é um reflexo da realidade objetiva, mesmo que esse senso de real não se evidencie por meios científicos. Dessa forma, ao se apropriar de um objeto literário, o sujeito leitor percebe que as experiências humanas estão retratadas na arte.

Para Marchesini (s/d., p. 05):

Diferentemente do Formalismo Russo, a Teoria Marxista na Crítica Literária usava sim elementos externos à obra para a sua análise. De acordo com esta escola de pensamento, as obras deveriam ser analisadas a partir do seu jogo de poder, o que Karl Marx chama de luta de classes. Para Marx, os homens são divididos, de acordo com a sua contribuição à base produtiva da sociedade. Há o proletariado, representado pelos trabalhadores e mão de obra assalariada e há, por exemplo, os grandes burgueses capitalistas, donos dos meios de produção (maquinário e técnicas utilizadas para desenvolver bens e serviços). Segundo Marx, estas classes viveriam em luta. O proletariado seria dominado pelos capitalistas burgueses, mas o primeiro sempre se oporia a opressão. O que os marxistas propõem para a análise literária é que esta estrutura seja utilizada para a dissecação de uma obra. Em outras palavras, como a luta de classes se representa na poesia e prosa. Para os marxistas, a literatura reproduz o jogo de poder existente em uma sociedade em uma determinada época. Por isso, o entendimento das relações de poder desta mesma sociedade é essencial para a análise da obra, pois estariam sempre refletidas no interior das belas-palavras.

Sobre a teoria de Marx¹, explica Eagleton (2011) ser ela uma forma de se abordar cientificamente as formações sociais humanas e de se apontar uma

¹ De acordo com Borges (2008), Karl Marx nasceu em Trier, em 5 de maio de 1818, e morreu em Londres, em 14 de março de 1883. Advogado, economista, filósofo e socialista, ele estudou na universidade de Berlim, principalmente a filosofia hegeliana, e formou-se em Iena, em 1841, com a tese *Sobre as diferenças da filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro*. Em 1842, o filósofo assumiu a chefia da redação do *Jornal Renano*, em Colônia, destacando-se em razão de que muitos de seus artigos causaram irritação às autoridades. Mudou-se para Paris, em 1843, e, em 1844, editou o primeiro volume dos *Anais germânico-franceses*, principal instrumento de divulgação dos hegelianos da esquerda, mas logo rompeu com os líderes esquerdistas. Em 1844, conheceu, em Paris, Friedrich Engels, iniciando uma amizade que foi mantida durante toda sua vida. Em 1845, Marx foi expulso da França, radicando-se em Bruxelas e participando de organizações clandestinas de operários e exilados. Em 24 de fevereiro de 1848, Marx e Engels publicaram o folheto *O manifesto comunista*, constituindo o primeiro esboço da teoria revolucionária que, vindouramente, receberia o nome de marxista. Voltou para Paris e assumiu a chefia do *Novo Jornal Renano*, primeiro jornal diário manifestadamente socialista. Após a improficuidade dos movimentos revolucionários europeus e o fechamento do jornal (cujos redatores foram denunciados e processados), Marx foi para Paris e daí expulso, indo para Londres, onde fixou residência. Dedicou-se, em Londres, a estudos econômicos e históricos, frequentando assiduamente a sala de leituras do British Museum. Ele escrevia artigos sobre política exterior para jornais norte-americanos, mas sua situação financeira foi sempre muito precária. Durante sua vida, foi comumente ajudado por Engels, que tinha boas condições materiais. Em 1864, Marx ajudou a fundar a Associação Internacional dos Operários, depois chamada *I Internacional*, desempenhando função diretiva. Em 1867 publicou o primeiro volume

ação interessada em transformá-las. Esclarece ainda Eagleton (2011) que, por meio das análises literárias, é possível identificar, valendo-se da teoria marxista, a ideologia que se manifesta na luta de classes travada no cerne das sociedades, ou seja, é possível apreender, pela literatura, as ideias e os valores de cada época e impedir essa compreensão é negar a própria condição humana.

Esse tipo de análise realista sofre inúmeras censuras, especialmente relacionadas à ideia de que, pela teoria marxista, a crítica parte do texto, mecanicamente, para a ideologia, não apresentando qualquer dimensão autônoma. Eagleton (2011, pp. 24-32), entretanto, rebate tais alegações, garantindo que:

Seria um erro insinuar que a crítica marxista se move mecanicamente do “texto” para a “ideologia”, para as “relações sociais” e então para as “forças produtivas”. Ela lida, em vez disso, com a unidade desses “níveis” da sociedade. É verdade que a literatura faz parte da superestrutura, mas ela não é apenas um reflexo passivo da base econômica. [...] Cada elemento da superestrutura de uma sociedade – a arte, as leis, a política, a religião – possui seu próprio ritmo de desenvolvimento, sua própria evolução externa, que não é reduzível a uma mera expressão da luta de classes ou ao estado da economia.

Marchesini (s/d., p. 09), concluindo suas análises sobre a importância da teoria marxista na crítica literária, expõe que “as relações entre autor e obra não estão isentas de uma escolha, o que para a crítica marxista, necessariamente implica uma opção ideológica”. Assim, percebe-se que, para a teoria da luta de

da sua obra principal, *O capital* e, dentro da *I Internacional*, encontrou oposição dos anarquistas. Em 1872, no Congresso de Haia, a associação foi praticamente dissolvida, porém Marx pode patrocinar, em 1875, a fundação do Partido Social-Democrático alemão, que foi, logo depois, proibido. Mesmo com toda contribuição, ele não viveu o suficiente para participar das vitórias eleitorais de seu partido e de outros movimentos socialistas europeus.

classes, a unidade dialética que relaciona os sujeitos (autor e leitor) e o objeto artístico (a produção literária) é intrínseca ao próprio fenômeno que a constitui.

Essa relação somente acontece por que os elementos e as temáticas que constituem as produções literárias estão, invariavelmente, amalgamados às experiências comissivas, omissivas e sensoriais humanas. Dessa forma, pode-se considerar, quanto ao discurso do incesto apresentado por algumas criações artísticas, que esse assunto tabuísta também deve ser considerado em toda a sua dimensão histórica, relacionando-o às suas implicações sociais e individuais, tanto no plano interno, quanto externo das obras.

Passa-se, a seguir, a uma breve exposição sobre o proibitivo da prática sexual entre familiares para que, na sequência, sejam apresentadas as considerações acerca da relevância da aplicação da teoria marxista na crítica literária de expressões artísticas escritas que apontam o incesto em seus conteúdos. Espera-se que essas informações possam auxiliar a fundamentação de estudos da análise do discurso interessados nas manifestações linguísticas versadas sobre o tabu do incesto.

3. A TEORIA TABUÍSTA DO INCESTO

Biscaro (2003, p. 09) ressalta que “o incesto é um tema fascinante e complexo, pertence à história de cada homem, em particular, e da humanidade, como um todo. Em suas diferentes formas, concreta ou simbólica, provoca as reações mais diversas: medo, angústia, atração, curiosidade...”. Continua a estudiosa a afirmar que “como um fenômeno arquetípico, em seus aspectos

criativos ou estagnantes, o incesto inscreve-se na psique de cada um de nós” (BISCARO, 2003, p. 09).

Para Razon (2007, p. 07):

A questão do incesto abala nossas referências, já que ele faz passar do outro lado do interdito, no avesso das palavras. A palavra “incesto” [...] faz parte de um léxico que remete cada um de nós ao registro do inominável e do impensável. Se a própria palavra é tabu, é por conter em seu sentido mais profundo a noção da impureza. Como se pronunciá-la de certo modo significasse realizá-la.

Em uma tentativa de definição do termo, Cromberg (2001, p. 28) expõe que:

A palavra “incesto” deriva de incestum, que quer dizer estritamente “sacrilégio”. Incestum deriva de incestus que significa “impuro e sujo”. Incestus, por sua vez, é forjada a partir do primitivo in e cestus, que é uma deformação de castus, que significa “casto, puro”. Assim, incestus tem também o sentido de “não casto”. Pode-se imaginar aí o cortejo de interditos feitos aos padres e às vestais. Mas com a evolução da língua, castus foi confundido com cassus, que significa “vazio, isento de”, até suplantado como supino do verbo careo, que significa “eu falto”. Incesto, portanto, poderia aí ser traduzido sem exagero por “a quem nada falta” [...].

Apesar da universalidade do discurso do tabu da proibição do incesto, sabe-se que alguns grupos humanos toleram o casamento incestuoso e, em determinadas situações, até o estimulam. Como explicam Goldenson e Anderson (1989, p. 34), por exemplo, “próximo à costa de Java, na Ilha de Bali, seus habitantes (os balineses), apresentam costumes sexuais que incluem o

casamento entre gêmeos adultos, baseado na crença de que eles já foram íntimos dentro do útero materno”.

Ao resumir o problema teórico-histórico da proibição da prática sexual entre parentes, Lévi-Strauss (2011, p. 62) explicou que:

[...] os antigos teóricos que se dedicaram ao problema da proibição do incesto colocaram-se em um dos três pontos de vista seguintes: alguns invocaram o duplo caráter, natural e cultural, da regra, mas se limitaram a estabelecer entre um e outro uma relação extrínseca, constituída por uma atitude racional do pensamento. Outros, ou quiseram explicar a proibição do incesto, exclusivamente ou de maneira predominante, por causas naturais, ou viram nela, exclusivamente ou de maneira predominante, um fenômeno de cultura. Verificamos que cada uma dessas três perspectivas conduz a impossibilidades ou a contradições. Por conseguinte, só resta aberto um único caminho, o que fará passar da análise estática à síntese dinâmica. A proibição do incesto não é nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Constitui o passo fundamental graças ao qual, mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza à cultura.

Ao falar da proibição do incesto, Lévi-Strauss (2011) mostra como as interdições ao acesso irrestrito às mulheres foram fundamentais ao desenvolvimento dos grupos humanos. O trabalho de Freud (1950, p. 90), por outro viés, aponta que “as mais precoces excitações sexuais dos seres humanos muito novos são invariavelmente de caráter incestuoso e que tais impulsos, quando reprimidos, desempenham um papel que pode ser [...] forças motivadoras de neuroses, na vida posterior”.

Para muitos estudiosos atuais (GIL e LUCAS, 1998; PADILHA e GOMIDE, 2004), porém, a proibição do incesto é devida ao seu conceito invariavelmente relacionado à brutalidade, pois se concretiza sob o aspecto da

violência física e/ou mental de um sujeito não plenamente capaz ou de adultos impedidos de exercerem a autonomia sexual. Nesse entendimento, Cohen (2000, p. 212) acredita que incesto representa:

[...] um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido pelo matrimônio. Portanto as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar.

Sabe-se, porém, que nem toda prática sexual entre familiares corresponde à prática delitiva, pois, na legislação penal brasileira, não há menção ao incesto como crime ou contravenção. No Brasil, lega-se o impedimento do incesto somente ao abuso (praticado contra crianças e adolescentes – presumindo-se a violência – e aplicado com o emprego de qualquer espécie de aviltamento). Dessa forma, apenas o arcabouço jurídico cível estabelece impedimentos à realização do ato formal do casamento intrafamiliar.

Essas informações possibilitam, inicialmente, que se considere o discurso do tabu do incesto como um assunto social, relativo à condição histórica dos sujeitos, ou por suas experiências incestuosas, ou pela não exposição a tal prática. Assim, ao apresentar ou contatar, em uma obra literária, essa temática tabuísta, os sujeitos autor e leitor parecem se relacionar com um produto da realidade. Nesse caso, como mostra Reis (2001, p. 22):

A literatura envolve uma dimensão sociocultural, diretamente decorrente da importância que, ao longo dos tempos, ela tem tido nas sociedades que a reconheciam (e reconhecem) como prática ilustrativa

de uma certa consciência coletiva dessas sociedades. Na literatura é possível surpreender também uma dimensão histórica, que leva a acentuar a sua capacidade para testemunhar o devir da História e do Homem e os incidentes de percurso que balizam esse devir.

Pelo exposto, considera-se que, como prática humana, a transgressão do tabu do incesto, mesmo discursiva, pode ser reconhecida social e culturalmente, identificando aspectos humanos comportamentais e intelectuais. Assim, passa-se à apresentação de algumas obras literárias que trazem, como elemento narrativo, a amostra da prática de incesto entre personagens consanguíneas ou afins, buscando a verificação de relevância da teoria marxista para a crítica literária dessas produções.

4. O INCESTO NA LITERATURA: CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS À CRÍTICA

Como modelo de produção histórico-literária, sabe-se que o Livro Bíblico mostra vários casos incestuosos, como o de Sara, que se casou com seu meio-irmão Abraão; o de Jacó, que, autorizado por seu tio, pai de Raquel e Lia, desposou suas duas primas; e o mais intrigante: o caso de Ló e suas duas filhas que, fugindo de Sodoma, embriagaram, seduziram o pai para que pudessem gerar descendentes em uma região desprovida de homens e geraram dois filhos (Moab e Amon) que originaram os povos moabitas e amonitas.

Apesar de a Bíblia divulgar o discurso incestuoso nessas situações específicas, ela condena, em Levítico (XVIII, 6-18), qualquer interesse de prática sexual entre familiares, propagando que:

Nenhum de vós se achegará àquela que lhe é próxima por sangue, para descobrir sua nudez. [...] Não descobrirás a nudez de teu pai, nem a de tua mãe. Ela é tua mãe: não descobrirás a tua nudez. Não descobrirás a nudez da mulher de teu pai: é a nudez de teu pai. Nem a da tua irmã, filha de teu pai ou de tua mãe, nascida na casa ou fora dela. Não descobrirás a nudez da filha de teu filho ou da filha de tua filha, porque é tua nudez. Nem a da filha da mulher de teu pai, nascida de teu pai: ela é tua irmã. Não descobrirás a nudez da irmã de teu pai: ela é da mesma carne que teu pai. Nem a da irmã de tua mãe; porque ela é da mesma carne que tua mãe. Não descobrirás a nudez do irmão de teu pai, aproximando-te de tua mulher: é tua tia. Não descobrirás a nudez de tua nora: é a mulher de teu filho. Não descobrirás, pois, a sua nudez. Nem a da mulher de teu irmão: é a nudez de teu irmão. Não descobrirás a nudez de uma mulher e de sua filha, e não tomarás a filha de seu filho, nem a filha de sua filha, para descobrir a sua nudez: elas são tuas próximas parentas, e isso seria um crime. Não tomarás a irmã de tua mulher, de modo que lhe seja uma rival, descobrindo a sua nudez com a de tua mulher durante a sua vida.

As penas para as condutas incestuosas são marcadas, ainda em Levítico, com bastante severidade, intensificando o discurso imperativo ao respeito à regra tabuísta. Levítico (XX, 11 e 12) ensina que “se um homem dormir com a mulher de seu pai, descobrindo assim a nudez de seu pai, serão ambos punidos de morte; levarão a sua culpa” e “se um homem tomar por mulheres a filha e mãe, cometerá um crime. Serão queimados no fogo, ele e elas, para que não haja tal crime no meio de vós”.

Parece que, consideradas como fonte literária, essas passagens da produção bíblica somente se justificam à análise crítica se forem sopesadas suas relevâncias como parte de um documento histórico. Dessa forma, pode-se firmar cabível a utilização da teoria marxista à apreciação da obra, pois não se apraz qualquer descontextualização do discurso tabuísta, embora seja sabido

que, ainda em épocas atuais, a punição mortal possa ser atribuída a praticantes de incesto, em alguns grupos sociais.

Na literatura grega, *Édipo Rei*, de Sófocles (s/d.), mostra a tragédia da personagem-título que, sem conscientemente saber, mata o pai e se casa com a mãe, tornando-se, além de filho, marido da rainha. Ao tomar conhecimento do fato de que desposou sua genitora, Édipo fura os próprios olhos, punindo-se. Ainda na ficção, Dostoievski (s/d.) mostra, em *Crime e castigo*, que a personagem principal na obra mata uma idosa que simbolizava o incesto, repercutindo, na ficção, o pessoal e declarado fascínio do autor russo por sua mãe.

O conto de Perrault (1990) *Pele de asno* mostra a história de um rei viúvo que, após prometer à rainha que somente se casaria novamente com uma mulher mais virtuosa que ela, se apaixona pela própria filha. Ao se declarar e ser recusado pela princesa, o rei se aconselha com um velho druida que, motivado por interesses pessoais, aconselha o monarca a praticar o incesto, justificando seu desejo com o fato de que, qualquer menina, ao ser questionada, quando pequena, sobre com quem se casará, responderá que será com o próprio pai.

O alemão Thomas Mann, em *O eleito*, conta o relacionamento incestuoso de um casal de gêmeos nobres, que sucumbem à própria beleza ao perceberem a beleza do outro. Assim, Wigilis e Sibylla praticam o incesto e geram Gregorjus, que, posteriormente, se relaciona com a própria mãe. Nesse livro, Mann (2010) conta a história edipiana-cristã de São Gregório, que se tornou Papa da Igreja Católica, após se redimir do incesto que o originou e do perpetrado por ele e sua genitora.

Em *O som e a fúria*, de William Faulkner, trata-se de dois tabus humanos: os discursos do incesto e do suicídio. Nessa obra da literatura americana, Faulkner (2002, p. 41) apresenta a personagem Quentin, que comete

suicídio depois do casamento da irmã Caddy com outro homem, pois vive uma paixão obsessiva por ela:

Como se todos os sinos vibrassem ainda nos longos raios de luz que esmoreciam enquanto Jesus falava com São Francisco sobre a irmã. Se existisse apenas o inferno e nada mais. Se fosse tão simples como isso. Assunto arrumado. Se as coisas se acabassem em si próprias. Mais ninguém presente além de ela e de mim. Se ao menos tivéssemos podido fazer alguma coisa de tão terrível que todos eles tivessem fugido para os infernos, excepto nós. Cometi incesto [...].

Eça de Queirós, em *Os Maias*, mostra o discurso do incesto ao apresentar o relacionamento dos irmãos Maria Eduarda e Carlos Eduardo, que, separados pela mãe, na infância, vivem uma paixão ao se reencontrarem, depois de adultos, em Lisboa. Para Queirós (1888, p. 250), a consumação do incesto animaliza as personagens:

A carruagem parára no Ramalhete. Ega subiu, como costumava, pela escada particular de Carlos. Tudo estava apagado e mudo. Accendeu a sua palmatoria; entreabriu o reposteiro dos aposentos de Carlos; deu alguns passos tímidos no tapete, que pareceram já soar tristemente. Um reflexo d'espelho alvejou ao fundo na sombra da alcova. E a luz cahiu sobre o leito intacto, com a sua longa colcha lisa, entre os cortinados de sêda. Então a idéa que Carlos estava áquella hora na rua de S. Francisco, dormindo com uma mulher que era sua irmã, atravessou-o com uma cruel nitidez, n'uma imagem material, tão viva e real, que elle viu-os claramente, de braços enlaçados, e em camisa... Toda a belleza de Maria, todo o requinte de Carlos desapareciam. Ficavam só dois animaes, nascidos do mesmo ventre, juntando-se a um canto como cães, sob o impulso bruto do cio!

Lavoura arcaica, de Raduan Nassar, também retrata discursivamente a relação incestuosa de André e sua irmã Ana, que termina com a partida de

André, depois de ser rejeitado pela irmã-amante. No discurso do incesto, a personagem masculina confessa que:

[...] foi um milagre o que aconteceu entre nós, querida irmã, o mesmo tronco, o mesmo teto, nenhuma traição, nenhuma deslealdade, e a certeza supérflua e tão fundamental de um contar sempre com o outro no instante de alegria e nas horas de adversidade; foi um milagre, querida irmã, descobrirmos que somos tão conformes em nossos corpos, e que vamos com nossa união continuar a infância comum, sem mágoa para nossos brinquedos, sem corte em nossas memórias, sem trauma para a nossa história; foi um milagre descobrirmos acima de tudo que nos bastamos dentro dos limites da nossa própria casa, confirmando a palavra do pai de que a felicidade só pode ser encontrada no seio da família [...]. (NASSAR, 1989, pp. 95-96)

Assim como a produção bíblica, esses demais textos literários que tematizam o incesto parecem coadunar à possibilidade de serem analisados conforme propõe a crítica literária influenciada pela teoria marxista. Como se percebe, o discurso do incesto apresentado por essas obras somente significa se forem consideradas suas condições transgressoras de produção, devidamente contextualizadas, histórica e ideologicamente, assim como propõe o pensamento de Marx.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu verificar a potencialidade de ser utilizada a corrente crítica literária influenciada pela teoria marxista na análise de produções escritas que tematizam, em seus conteúdos, a prática do incesto. Para

tanto, apresentaram-se informações sobre o pensamento de Marx e algumas contribuições de suas ideias à Literatura, mostrando-se como, ao contrário da proposta do formalismo russo, a abordagem científica marxista investiga o mundo a partir das práticas sociais e históricas dos sujeitos.

Após a fundamentação teórica do tabu humano da proibição da prática sexual entre familiares consanguíneos ou afins, foram apresentadas obras literárias que tratam, em suas narrativas, desse assunto tabuísta. A partir dessas apresentações, constatou-se a potencialidade de a teoria marxista servir à análise de textos literários que retratam o discurso do incesto, considerando que essas narrativas somente adquirem significado se sopesadas conforme o contexto histórico-social de seus elementos e de seus sujeitos (autor e leitor).

Nesse sentido, a literatura cumpre o papel atribuído por Trotski (2007, p. 137), ao garantir que ela exprime:

[...] humores obscuros e vagos, aproxima o pensamento do sentimento, ou opõe um ao outro, enriquece a experiência espiritual do indivíduo e da coletividade, apura o sentimento, torna-o mais flexível, mais sensível, dá-lhe maior ressonância, aumenta o volume do pensamento graças à acumulação de uma experiência que ultrapassa a escala pessoal, educa o indivíduo, o grupo social, a classe e a nação.

Percebe-se, dessa forma, que, especialmente os assuntos humanos mais imbricados – como, por exemplo, o incesto – repercutem na literatura e por ela são ressoados, em um processo cíclico de influências. Assim, mostra-se a contribuição da crítica literária de influência marxista ao estudo do incesto, considerando que a arte, nessas obras apresentadas, serve como elemento canalizador para a dispersão do sentido e das implicações do mais intrigante dos tabus humanos.

REFERÊNCIAS

BISCARO, Regina Álvares. **Incesto: um fenômeno arquetípico**. São Paulo: Zouk, 2003.

BORGES, L. M. **Karl Marx**. 2008. Disponível em: <http://contextopolitico.blogspot.com.br/2008/08/histria-karl-marx.html>. Acesso em: 10 jul. 2013.

COHEN, C. O incesto. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993, pp. 211-225.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. **Crime e Castigo**. Disponível em: <http://www.elivrosgratis.com/Down/2747/pdfNerdLoad.html>. Acesso em: 27 jul. 2013.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Trad. Matheus Corrêa. São Paulo: Unesp, 2011.

EIKHENBAUM, Boris; et al. **Teoria da literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Globo, 1976.

FAULKNER, William. **O som e a fúria**. Trad. Ana Maria Chaves. Porto: Publicações Dom Quixote, 2002.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos**. 1950. Disponível em: <http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Totem-e-tabu-e-outros-trabalhos>. Acesso em: 12 abr. 2013.

GIL, M. J.; LUCAS, P. **A maternidade na adolescência num contexto de abuso sexual na família**. *Revista Análise Psicológica*, Lisboa, v. 3, n. XVI, 1998, p. 385-392.

GOLDBERSON, R. M.; ANDERSON, K.M. **Dicionário de sexo**. São Paulo: Ática, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 6. ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANN, Thomas. **O eleito**. 1. ed. São Paulo: Veja, 2010.

MARCHESINI, Alexandre; et al. **Correntes da teoria literária**. S/d. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/92403138/CORRENTES-LITERARIAS>. Acesso: 28 nov. 2013.

NASSAR, Raduan. **Lavoura arcaica**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

PASSOS, Leonardo. **Formalismo russo e suas contribuições para a moderna crítica literária.** S/d. Disponível em: <http://literatura.uol.com.br/literatura/figuras-linguagem/23/artigo134431-2.asp>. Acesso: 28 nov. 2013.

PADILHA, M. G. S.; GOMIDE, P. I. C. **Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual.** *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 9, n. 1, 2004, p. 53-61.

PERRAULT, Charles. **Pele de asno.** 4. ed. São Paulo: Scipione, 1990.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias.** 1. ed. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1888. 2 v.

RAZON, Laure. **Enigma do incesto:** da fantasia à realidade. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007.

REIS, Carlos. A linguagem literária. In: REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura:** introdução aos estudos literários. 2. ed. Coimbra: Almedina, pp. 103-165, 2001.

SÓFOCLES. **Édipo Rei.** Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acti on=&co_obra=2255. Acesso em: 01 ago. 2013.

TROTSKI, Leon. A escola de poesia formalista e o marxismo. In: TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução.** Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 133-147, 2007.

